



**COIMBRA:
DA CRISE
À REFORMA**

HISTÓRICAMENTE VENCIDAS AS FORÇAS DO IMOBILISMO

PÁGINA 10 • 12 de Fevereiro de 1971 DIÁRIO DE LISBOA

Regressando aos depoimentos de professores da Universidade de Coimbra, publicamos hoje o do dr. Carlos Alberto Santana Maia, assistente da Faculdade de Medicina, que se debruça sobre a reforma em geral, e suas afinidades com outros sectores da vida nacional.

Como foi anunciado ao país pelo ministro da Educação Nacional, vai o ensino ser alvo de profunda reforma, após longo período de estagnação, em que apenas se verificaram pequenos ajustes, sempre superficiais e locais.

Elaborada em curto prazo, acto que importa realçar, a reforma sai como convicção lógica do reconhecimento geral da necessidade e profunda modificação no

sector do ensino, considerado caduco e obsoleto face às rápidas mutações do mundo actual.

Pela sua efectivação se vêm batendo desde há anos num movimento de amplitude e profundidade crescentes, largos sectores da opinião pública, todos aqueles afinal que, discordando do sistema educativo vigente por razões doutrinárias ou utilitaristas, pugnavam pela sua estruturação em novas

moldes, mais ou menos radicais.

Desde os movimentos ocorridos no seio das Universidades até à constatação da fraca rentabilidade do ensino, uma série de factores colocou o problema em constante discussão de tal modo que sobre ele convergiram as atenções gerais da Nação.

EMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO

O próprio fenómeno emigratório contribuiu, decisivamente, para que o processo de renovação agora anunciado se tornasse inelutável; na realidade se a emigração maciça foi de início, menos prezada por uns, esquecida voluntariamente por outros e até desejada por alguns que não se cansavam de apontar as suas vantagens, a verdade é que ela se tornou a curto prazo alarmante entrando claramente no domínio das preocupações oficiais, por se ter entendido que resultará no agravamento do motivo que a determinou — o desfasamento da economia nacional em relação à de nações próximas.

No campo do ensino fácil foi concluir que, por pequenos que fossem os investi-

mentos, eles seriam perdidos na sua quase totalidade e, assim surgiu mais este factor de vulto a determinar o envolvimento imperativo nesta «batalha da educação» integrada, de resto, numa



Dr. Santana Maia
— Interrogações pertinentes

perspectiva mais ampla e que abrange outros sectores como os da saúde e segurança social, nos quais se vislumbram já, igualmente, tendências reformistas; trata-se, no conjunto, de seguir na esteira dos países com os quais se pretende a associação no caminho de uma via europeia, única saída possível do subdesenvolvimento

genérico do condicionamento geográfico a que se não pode fugir.

E, afinal, o que tem vindo a acontecer em Espanha e que Portugal, por maioria de razão, teria de seguir, processo esse traduzido, no sector do ensino, pelo alargamento substancial do campo de recrutamento de mão-de-obra qualificada, indispensável à construção de uma sociedade tecnologicamente avançada a que se quer aderir, dirigida por quadros competentes e caracterizada, globalmente, por uma alta capacidade de produção e consumo.

Attingido, portanto, o tempo em que ninguém pode já desejar mais educação para si e menos para os outros a via da reforma tornando-se historicamente vitoriosa e menos para os outros a via da reforma tornou-se irreversível, encontrando-se historicamente vencidas as forças do immobilismo, por mais poderosas que ainda sejam. E a prova disto está em que nenhuma destas forças veio ainda combater a reforma, utilizando a possibilidade de a criticar de viva voz como o próprio ministro da Educação sugeriu a todos os portugueses numa atitude de insouciantismo!

seu intelectual, de desejável concretização.

Apoiar a Reforma implica, por outro lado, acreditar na sua viabilidade e desejar os seus resultados previsíveis. Neste ponto se situam algumas das interrogações que julgamos da maior pertinência.

É verdade que da leitura dos textos programáticos anunciados não ressalta apenas um desejo de maior eficiência da máquina do ensino; a declaração de que a educação do indivíduo é a finalidade primeira do sistema educacional e que todos, em regime de igualdade de oportunidades, devem acquirir nesse sistema as vias que garantam o seu inalienável direito à educação, mostra claramente, na intenção do Ministro, preocupação de outra ordem.

INTERROGAÇÕES SOBRE A REFORMA

Mas será possível realizar uma verdadeira democratização do ensino no contexto da actual sociedade portuguesa?

Como se irão assegurar as mesmas condições de educação pré-escolar a todas as crianças e mesmo estender a escolaridade obrigatória de 8 anos (mínimo europeu) a todo o País, com a necessária cobertura de escolas, de meios de transporte até elas e, sobretudo, de professores competentes?

Como vão ser encarados os estabelecimentos de ensi-

DEPOIMENTO DO DR. SANTANA MAIA

(Continuação da pag. central)

no particular? Não haverá que distinguir, para já, entre os que podem desempenhar uma função supletiva do ensino oficial, insuficiente de certo ainda por longo período daqueles que apenas visam uma marcada tendência vocativa e ou aristocrática?

É a continuação da aquisição de conhecimentos para além da escolaridade obrigatória ficará, mais uma vez, ao sabor da selecção económica? As próprias bolsas de estudo serão distribuídas com que critério?

Como virá a ser equacionado o complexo problema dos métodos de avaliação dos conhecimentos?

É o próprio ensino, na sua forma e conteúdos, como vai ser reformado? Procurar-se-á, sobretudo, ensinar a aprender e aprender ensinando o que implica profunda mudança nos métodos pedagógicos, nomeadamente

nas relações habituais professor-aluno?

Será pretendido e conseguido que o ensino, a par de proposita, um alto grau de especialização hoje indispensável oriça também em todos os portugueses uma verdadeira educação isto é, um conhecimento integral do mundo e uma atitude consciente perante ele?

No que toca mais particularmente à Universidade se é de elogiar sem reservas a sua anunciada autonomia administrativa e financeira, como virá esta a processar-se? Quem fará os estatutos e que estatutos surgirão?

E como serão resolvidos os problemas, inerentes da gestão universitária e da ligação circum-escolar?

Estas são algumas interrogações que nos ocorrem e a que a Reforma terá de responder.

Que a situação do ensino em Portugal melhorará é indubitável, vindo-se a star-

gar, pelo menos, um circuito que até aqui se tem mantido demasiado fechado.

Por isso, procurar entravá-la parece-nos atitude condenável por negativa, e errada por votada ao malogro.

Sendo a educação uma forma de estar no mundo, apreendamos conscientemente a sua realidade e perante as condições objectivas de momento sigamos o caminho que permitirá maior reactividade aos valores que verdadeiramente definem o homem e lhe dêem a dignidade que a própria sociedade terá de respeitar e defender.

Como diz Morin: «sem deixar de uma certeza profética temos para o futuro exortações a começar pela exortação de lucidez: a consciência do real é no fim de contas, mais básica na tarefa de atingir as idealizações e normas que desempenham um papel ímpar no combate ao mal das desilusões».